



Tribunal de Contas do Distrito Federal

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Trimestre de 2022



TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Composição do Tribunal – 1º trimestre/2022

Conselheiros

Paulo Tadeu Vale da Silva – Presidente
Inácio Magalhães Filho – Vice-Presidente
Manoel Paulo de Andrade Neto – Corregedor
Anilcéia Luzia Machado
Antônio Renato Alves Rainha
Márcio Michel Alves de Oliveira
André Clemente Lara de Oliveira

Procuradores do Ministério Público Junto ao Tribunal

Marcos Felipe Pinheiro Lima – Procurador-Geral
Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Demóstenes Tres Albuquerque
Danilo Moraes dos Santos

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto no art. 78, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e no art. 82 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, Lei Orgânica deste Tribunal, apresento o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, referente ao 1º trimestre de 2022, para remessa à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF.

O Relatório de Atividades registra as principais ações realizadas por esta Casa no trimestre, reunindo as ações de controle externo e as organizacionais de apoio à atividade-fim do Tribunal.

Essas realizações foram desenvolvidas em sintonia com o Plano Estratégico do TCDF – Planest para o quadriênio 2020-2023 e resumem o esforço deste Tribunal para cumprir sua missão institucional de maneira efetiva, eficaz e eficiente.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
INTRODUÇÃO	7
1. SOCIEDADE	8
1.1. Julgamentos e Decisões	8
1.2. Cobranças Executivas	12
1.3. Auditorias, Inspeções, Monitoramentos, Levantamentos e Análise de PPP/Concessões	12
1.4. Fiscalização das Contratações para o Enfrentamento da Pandemia Decorrente do Vírus Causador da Covid-19	14
1.5. Benefícios Mensuráveis	15
1.6. Capacitação Externa	17
1.7. Projetos e Iniciativas	18
2. RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL	18
Projetos e Iniciativas	18
3. PROCESSOS INTERNOS	19
3.1. Distribuição de Processos	19
3.2. Instrução de Processos	20
3.3. Atualização Normativa	23
3.4. Projetos e Iniciativas	24
4. PESSOAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	24
4.1. Capacitação Interna	25
4.2. Inovação	25
4.3. Projetos e Iniciativas	25
5. RECURSOS	26
5.1. Gestão de Recursos Humanos	26
5.2. Projetos e Iniciativas	27
5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
<i>ANEXO</i>	30

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plenário do Tribunal realizou, durante o primeiro trimestre, 33 sessões, nas quais foram proferidas 1.240 decisões, com uma média de 38 decisões por sessão. Foram ainda proferidos 605 despachos singulares pelos Relatores, com média de 101 despachos por Relator.

Alguns dos resultados mensuráveis alcançados pelo Tribunal no período são apresentados a seguir.

Número de decisões do Tribunal	1.240
Acórdãos proferidos	54
Valor das condenações	R\$ 1,4 milhão
Medidas cautelares concedidas	43
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	8
Economia estimada gerada na fiscalização de licitações	R\$ 269,5 milhões
Processos julgados conclusivamente	855

As Secretarias de Controle Externo finalizaram, no mesmo período, 3 auditorias, 3 inspeções, 3 monitoramentos e 1 análise de PPP/Concessões. Quanto à instrução processual, foram concluídas 1.367 instruções de processos e analisados 865 atos de pessoal. O estoque de processos aptos à instrução situou-se no patamar de 1.131 autos.

No trimestre em exame, o Tribunal deu continuidade à fiscalização das contratações para o enfrentamento da pandemia decorrente do vírus causador da Covid-19, sendo autuados mais 8 processos com essa finalidade.

Com impacto direto para a sociedade, além do curso sobre a gestão do Fundo Penitenciário, destaca-se a implantação do “Plenário Virtual”, o qual permite agilizar a apreciação de processos de baixa complexidade. Dessa forma, as reuniões ao vivo podem se concentrar em sustentações orais, processos em que não haja consenso ou cuja complexidade exija maior debate entre os Conselheiros.

Ademais, merece realce a decisão do TCDF que determinou que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e o Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal – IGES-DF fornecessem explicações sobre a interrupção na oferta de braquiterapia para pacientes portadoras de câncer de colo uterino no Hospital Universitário de Brasília – HUB e demonstrassem como o acesso a esse tratamento será garantido pela rede pública de saúde.



Com foco no relacionamento institucional, merece distinção a atuação do Tribunal junto a outros órgãos de controle por meio da realização do curso “Denúncia, representação e consulta ao TCDF: fundamentos e prática”, voltado aos servidores em exercício em órgãos do Governo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa e do próprio TCDF. O curso teve como objetivo capacitar os gestores e agentes públicos para que contribuam de maneira eficaz e efetiva para o exercício da ação fiscalizadora do Tribunal.

No tocante às ações relacionadas aos processos internos do TCDF, além da Resolução nº 352/21 (Plenário Virtual), destacam-se a Resolução nº 353/22, que dispõe sobre a sustentação oral na sessão virtual no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Além disso, o TCDF lançou o *hotsite* (<https://unidades.tc.df.gov.br/distribuicao-de-processos/>) por meio do qual é possível visualizar e pesquisar, de maneira fácil e intuitiva, dados sobre os sorteios de novos processos autuados e sobre a distribuição de todos os autos em trâmite e que tenham relator designado. Inicialmente, a consulta é possível apenas no ambiente do Tribunal, mas a intenção é que, em breve, essa ferramenta também seja disponibilizada ao público em geral. Ainda, em continuidade ao processo de aprimoramento tecnológico, o TCDF desenvolveu o robô ADA que utiliza inteligência artificial para facilitar a visualização de decisões da Corte. A robô ADA apresenta as decisões organizadas em itens, de forma que rapidamente o usuário consegue visualizar e entender os dados.

Em continuidade ao processo de implantação do TCDF-Saúde, realizou-se uma apresentação para membros e servidores ativos e inativos do TCDF sobre o andamento da proposta do novo plano de saúde do Tribunal, com informações sobre a minuta de regulamento proposta.

Com relação às ações de capacitação com foco no público interno, ressaltam-se as seguintes iniciativas: palestra sobre a “Apresentação do Módulo de Monitoramento e Atualizações Gerais do Sisaudit”, palestra sobre a DF-Previcom, curso sobre as principais inovações da nova Lei de Licitações.

Por fim, no âmbito da estrutura de Tecnologia da Informação – TI, o Tribunal de Contas do Distrito Federal inicia 2022 com a terceira etapa concluída do *Site Backup*, projeto de segurança da informação voltado à recuperação de sistemas e infraestrutura de TI do Tribunal. Atualmente, 28 sistemas, aplicativos e interfaces de programação, que representam 80% da infraestrutura digital do TCDF, já podem ser executados no *Site Backup*. Isso torna possível a recuperação das bases de dados em caso de falha no *datacenter* principal do Tribunal.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de dar relevo aos serviços prestados pelo Tribunal, as principais atividades realizadas no período foram agrupadas conforme as perspectivas constantes do plano estratégico, quais sejam: sociedade; relacionamento interinstitucional; processos internos; pessoas, tecnologia e inovação e recursos.

O TCDF cumpre sua missão institucional com a estrutura básica contida em seu organograma, conforme resumo abaixo.



Por intermédio dessas unidades, efetiva-se a ação fiscalizadora do Tribunal, cuja divulgação, no que concerne à Câmara Legislativa, está prevista no § 3º do art. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 82 da Lei Complementar nº 1/94, segundo os quais deve esta Corte encaminhar à CLDF, trimestral e anualmente, relatório circunstanciado e demonstrativo de suas atividades internas e de controle externo.

1. SOCIEDADE

A perspectiva “Sociedade” reflete os principais resultados alcançados pelo TCDF com impacto mais perceptível pela sociedade.

1.1. Julgamentos e Decisões

A apreciação das contas de administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a apreciação das Contas do Governo apresentadas à Câmara Legislativa e as demais decisões alusivas às atividades de Controle Externo e organizacionais são atos formalizados por deliberações do Plenário em sessões ordinárias, extraordinárias e especiais ou, nos casos previstos no Regimento Interno do TCDF, por meio de decisões do Presidente ou despachos singulares dos Relatores.

Nesse trimestre, foi introduzido a inovação do “Plenário Virtual” (Resolução nº 352/21). Diferentemente das sessões que ocorrem às quartas-feiras, com transmissão ao vivo, no ambiente do Plenário Virtual as sessões funcionam de maneira assíncrona, ou seja, não exigem que todos os membros do Plenário do TCDF acessem o sistema ao mesmo tempo, nem que estejam reunidos em videoconferência para registrar seus votos nos processos da pauta. Esse tipo de ambiente permite agilizar as sessões ao vivo, além de reduzir os estoques de processos de baixa complexidade que estejam pendentes de apreciação. Dessa forma, as reuniões ao vivo podem concentrar-se em sustentações orais, processos em que não haja consenso ou cuja complexidade exija maior debate entre os Conselheiros.

Ademais, merece realce a decisão do TCDF que determinou que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e o Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal – IGES-DF fornecessem explicações sobre a interrupção na oferta de braquiterapia para pacientes portadoras de câncer de colo uterino no Hospital Universitário de Brasília – HUB e demonstrassem como o acesso a esse tratamento será garantido pela rede pública de saúde (Processo nº 00600-00001662/2022-42-e). Dentre os questionamentos a serem respondidos, os órgãos deverão manifestar-se sobre a existência de salas blindadas para a utilização do aparelho e sobre a disponibilização de profissionais capacitados para a realização do tratamento na rede pública de saúde da SES/DF.

Sessões Realizadas

Para apreciar matérias de sua competência, o Plenário reuniu-se, no 1º trimestre, conforme quantitativos indicados na Tabela 1. Dentre o total de decisões prolatadas, foram proferidos 54 acórdãos. Foram julgados conclusivamente 855 processos. A média no período, portanto, foi de aproximadamente 38 decisões por sessão e de 101 despachos por Relator.

Tabela 1: Sessões e Decisões por Tipo de Sessão

Tipo de Sessão	Sessões	Decisões
Ordinária	10	896
Ordinária Virtual	5	255
Administrativa	8	16
Reservada	10	73
Total	33	1.240

Obs.: O teor das decisões, bem assim das atas das sessões realizadas, está disponível no *site* do TCDF na *internet*, no endereço www.tc.df.gov.br.

Despachos Singulares

Foram proferidos pelos membros do Plenário os quantitativos de despachos singulares demonstrados na Tabela 2.

Tabela 2: Despachos Singulares

Tipo de Sessão	Despachos realizados
Ordinária	544
Administrativa	3
Reservada	58
Total	605

Ressalta-se que a Presidência proferiu 18 decisões monocráticas no trimestre.

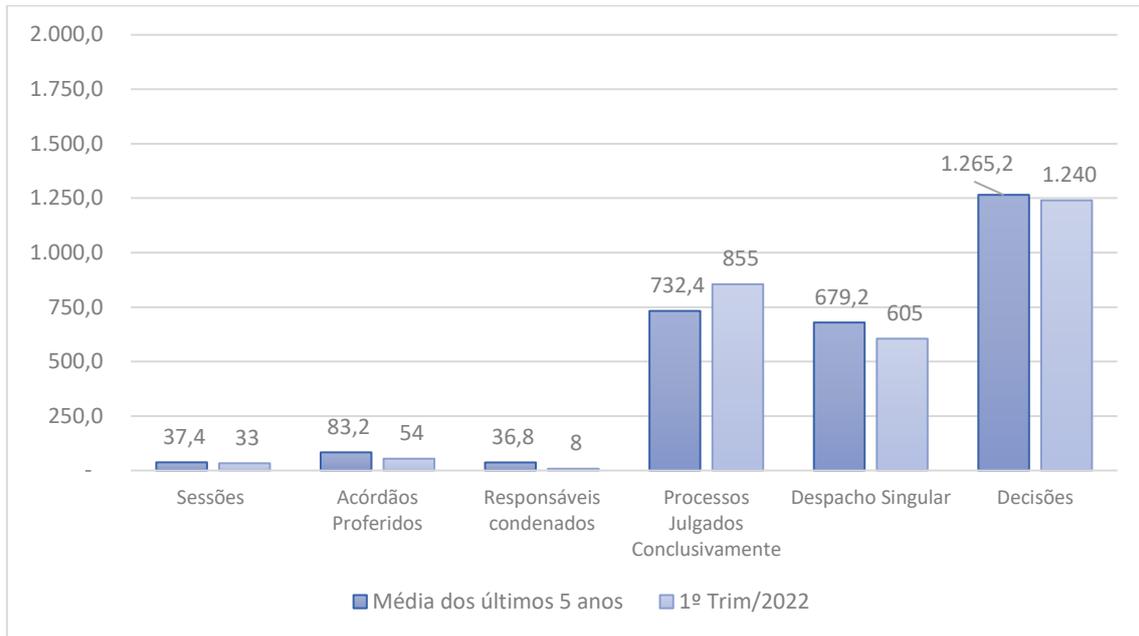
Processos Apreciados

Foram apreciados pelo Tribunal 1.240 processos no trimestre, dos quais resultaram decisões preliminares e conclusivas, o que representa uma redução de 2% em relação à média observada em igual período dos últimos cinco anos.

Destaca-se, ainda, que a média de decisões por sessão nos últimos 5 anos foi de 34 processos, ou seja, o 1º trimestre (38 processos por sessão) encontra-se 11% acima da média do referido período.



Gráfico 1: Indicadores do Plenário



A Tabela 3 agrupa esses processos de acordo com os principais assuntos a que se referem.

Tabela 3: Processos Apreciados por Assunto

Assunto	Quantidade	%
Atos de Pessoal	693	55,9%
Análise de Concessão	374	30,2%
Aposentadoria	98	7,9%
Concessão - Análise Automatizada	81	6,5%
Admissão de Pessoal	76	6,1%
Admissão de Pessoal - Análise Automatizada	53	4,3%
Pensão Civil	8	0,6%
Pensão Militar	3	0,2%
Representações	198	16,0%
Contas	111	9,0%
Tomada de Contas Especial	72	5,8%
Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias	29	2,3%
Prestação de Contas Anual	7	0,6%
Tomada de Contas Anual	2	0,2%
Contas de Governo	1	0,1%
Editais de Licitação	117	9,4%
Licitação	115	9,3%
Análise de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	2	0,2%
Fiscalizações	52	4,2%
Auditoria de Regularidade	19	1,5%
Auditoria de Desempenho/Operacional	7	0,6%
Inspeção	5	0,4%
Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns	5	0,4%
Auditoria Integrada	4	0,3%
Auditoria Realizada por Outros Órgãos	4	0,3%
Monitoramento de Decisões	4	0,3%
Auditoria Financeira	2	0,2%
Auditoria de Recursos Externos	1	0,1%
Fiscalização de Pessoal	1	0,1%
Outros assuntos	69	5,6%
Denúncia	25	2,0%
Consulta	7	0,6%
Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes	4	0,3%
Edição de Normativo	4	0,3%
Estudos Especiais	3	0,2%
Regularização de Débito	3	0,2%
Acompanhamento da Gestão Governamental	2	0,2%
Acompanhamento de Gestão Fiscal	2	0,2%
Análise de Defesa	2	0,2%
Barramento Pen	2	0,2%
Contrato, Convênios e outros ajustes	2	0,2%
Pedido de Prorrogação de Prazo	2	0,2%
Plano Geral de Ação	2	0,2%
Planos e Programas de Trabalho	2	0,2%
Solicitações Diversas	2	0,2%
Convênio	1	0,1%
Emissão de Certidão	1	0,1%
Limites de Aplicação em Saúde	1	0,1%
Planos e Orçamentos	1	0,1%
Regime Próprio de Previdência Social	1	0,1%
Total	1.240	100,0%

Licitações e Contratos Suspensos Cautelamente

Visando à preservação do erário, relativamente ao assunto em destaque, foram concedidas medidas cautelares em 43 processos.

1.2. Cobranças Executivas

Quando julgado em débito pelo Tribunal, o responsável é notificado para, em trinta dias, recolher a importância devida, com os acréscimos legais. Expirado esse prazo, sem manifestação do interessado, a Corte poderá autorizar a cobrança judicial da dívida.

As decisões condenatórias de responsáveis em débito são formalizadas em acórdão, cuja publicação no Diário Oficial do DF constitui título executivo bastante para cobrança judicial, nos termos da legislação vigente.

Existem sob acompanhamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas – MPJTCDF 1.695 acórdãos do TCDF, dos quais 493 consistem em cobranças executivas ajuizadas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Auditorias, Inspeções, Monitoramentos, Levantamentos e Análise de PPP/Concessões

No âmbito do Tribunal, as Secretarias de Controle Externo oferecem apoio técnico-administrativo ao Plenário no que diz respeito à instrução preliminar dos processos relativos às atividades de controle externo, incluindo a realização de auditorias, inspeções, monitoramentos, levantamentos e análise de PPP/Concessões nos órgãos e entidades jurisdicionados. Nos parágrafos seguintes, são apresentadas informações sobre o desenvolvimento dessas atividades no trimestre.

Auditoria é a modalidade de fiscalização *in loco* destinada a verificar, junto aos órgãos e entidades jurisdicionados, os atos e fatos administrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como o emprego de recursos públicos por entidades de direito privado.

Incluída no grupo de fiscalizações *in loco*, mas de caráter menos abrangente, a inspeção é realizada para verificar o cumprimento de decisões do Tribunal e para obter dados e informações preliminares ou complementares sobre os assuntos em análise nesta Casa.

Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Levantamento é utilizado para: i) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais; ii) identificar objetos e instrumentos de fiscalização; e iii) avaliar a viabilidade da realização de fiscalização.

Por fim, com o propósito de controlar e fiscalizar os procedimentos de licitação, contratação e execução contratual de Parcerias Público-Privadas – PPPs e Concessões, há a modalidade de fiscalização denominada Análise de PPP/Concessões Comuns.

Considerando que uma fiscalização pode ser realizada em mais de um jurisdicionado, foram concluídos, no trimestre: 3 auditorias (em 4 jurisdicionados), 3 inspeções (em 3 jurisdicionados), 3 monitoramentos (em 5 jurisdicionados) e 1 análise de PPP/Concessões (em 2 jurisdicionados). A Tabela 4 relaciona os órgãos e entidades fiscalizados no período e a participação relativa destes.

Tabela 4: Jurisdicionados Fiscalizados

Jurisdicionado	Auditorias	Inspeções	Monitoramentos	Análise de PPP/Concessões	Total de Fiscalizações (*)	Participação no Total de Fiscalizações
Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC	0	1	2	0	3	21,4%
Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF	1	1	0	0	2	14,3%
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES	1	0	1	0	2	14,3%
Fundação Hemocentro de Brasília - FHB	0	0	1	0	1	7,1%
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV	1	0	0	0	1	7,1%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDES	0	0	0	1	1	7,1%
Secretaria de Estado de Educação - SEE	0	0	1	0	1	7,1%
Secretaria de Estado de Projetos Especiais do Distrito Federal - SEPE	0	0	0	1	1	7,1%
Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal - SETRAB	1	0	0	0	1	7,1%
Serviço de Limpeza Urbana - SLU	0	1	0	0	1	7,1%
	4	3	5	2	14	100%

(*) Considerar que uma fiscalização poderá abranger mais de um jurisdicionado.

Na Tabela 5, são detalhadas as auditorias e monitoramentos realizados no trimestre.

Tabela 5: Auditorias e Monitoramentos Realizados

Modalidade	JURISDICIONADA	OBJETO
Auditoria	SES e IGESDF	Acompanhamento e fiscalização realizados pela SES/DF sobre o Contrato de Gestão 1/2018 - SES/DF e seus termos aditivos, os quais tratam do ajuste celebrado entre o Distrito Federal e o IGESDF, de natureza convencional, para gestão e execução, por parte do Instituto, de atividades assistenciais, de gestão, de ensino e pesquisa.
Auditoria	IPREV	Gestão de pessoas, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da gestão de pessoas do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, e os procedimentos de concessão e controle de benefícios previdenciários do regime próprio dos servidores distritais e seus dependentes, sob a gestão do IPREV/DF, frente à legislação de regência.
Auditoria	SETRAB	Avaliação do Programa Prospera/DF.
Monitoramento	SES e FHB	Primeiro monitoramento da auditoria operacional realizada para verificar a gestão dos serviços de atenção integral aos pacientes com coagulopatias hereditárias, efetuado em cumprimento às Decisões TCDF 5.733/2018 e 4.317/2020.
Monitoramento	SEE e SEEC	Verificar o cumprimento das deliberações decorrentes da auditoria operacional realizada no âmbito do Processo 1.130/2014 para avaliar a gestão da oferta de profissionais de magistério pela SEE/DF.
Monitoramento	SEEC	Monitoramento da implantação do novo Sistema de Compras Governamentais (eComprasDF) .

No que concerne às auditorias e monitoramentos, constatou-se que:

- na Setrab, os recursos financeiros foram insuficientes para atingir a meta prevista no PPA, houve cálculo inadequado do indicador de geração de empregados e ausência de mecanismos de controle que comprovem isonomia no processo de seleção dos empreendimentos.
- na SEE e SEEC, considerando o resultado agregado dos dois monitoramentos realizados, verificou-se que, do total de 29 diligências decorrentes da auditoria em análise, restam apenas 5 (17,24%) parcialmente atendidas e 6 (20,68%) não atendidas, totalizando 11 diligências pendentes de atendimento (37,93%).
- na SEEC, há necessidade de aprimoramento na segurança e desempenho do portal e-ComprasDF para que atualize a plataforma tecnológica da solução por meio da: 1. eliminação da possibilidade de utilização das versões 1.0 e 1.1 do protocolo TLS (*Transport Layer Security*); 2. eliminação da possibilidade de utilização das cifras de segurança com combinações AES_..._CBC; e 3. adoção de ferramentas que permitam a utilização do protocolo HSTS (*HTTP Strict Transport Security*).

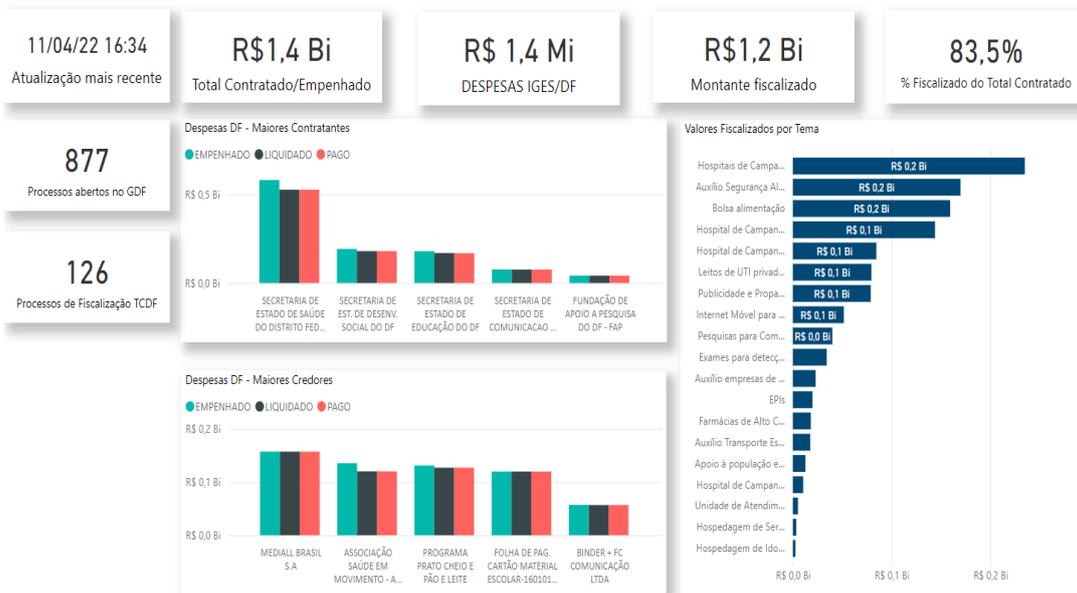
1.4. Fiscalização das Contratações para o Enfrentamento da Pandemia Decorrente do Vírus Causador da Covid-19

O Tribunal tem adotado medidas dirigidas à fiscalização das contratações realizadas pelo Governo do Distrito Federal para o enfrentamento da pandemia. No trimestre em análise, foram autuados mais 8 processos.

No *site* do Tribunal, encontra-se disponível o “Painel Covid”¹, que reúne os dados atualizados das fiscalizações relacionadas a esse grave problema sanitário. No referido painel, é possível pesquisar os processos autuados, fase em que se encontram, dados sobre os contratos e despesas realizadas, classificados por temas, tais como hospitais de campanha, leitos de UTI, bolsa alimentação, aquisições de exames, dentre outros.

A imagem a seguir é o resumo do Painel, com os dados atualizados em 11/04/22.

¹ No *site* do TCDF na internet, clicar em “Fiscaliza Covid”, endereço (*link*): <https://www2.tc.df.gov.br/covid/>).



1.5. Benefícios Mensuráveis

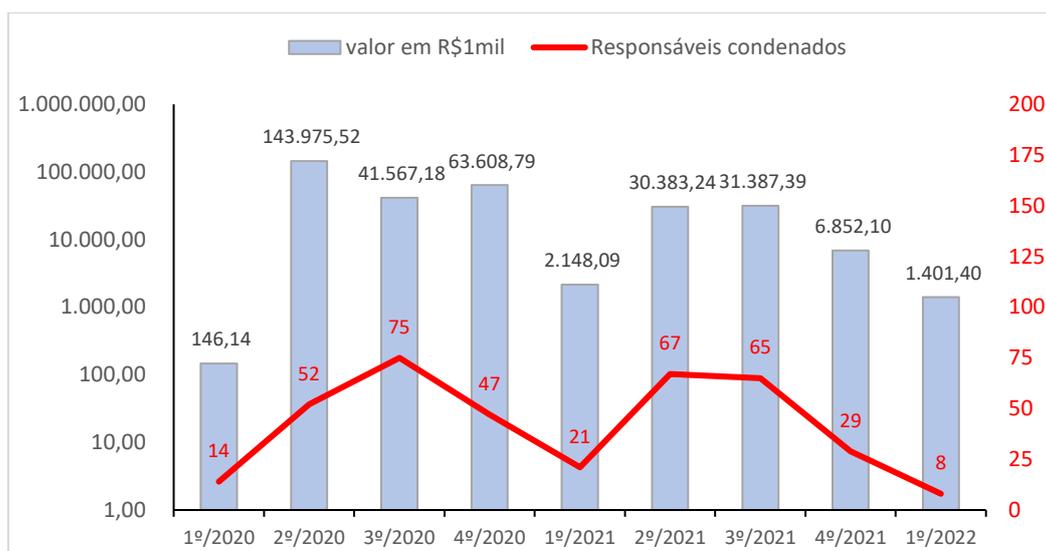
A sociedade demonstra estar atenta à necessidade de exigir resultados da aplicação dos recursos confiados aos agentes públicos, bem assim aos benefícios advindos da atuação dos órgãos estatais, o que tornam cada vez mais essenciais a mensuração dos benefícios proporcionados pelos órgãos de controle externo.

Relativamente aos benefícios da atuação do controle externo, podemos classificá-los em mensuráveis e não mensuráveis. No que diz respeito a estes últimos, sua ocorrência e relevância residem no fato de que a existência de uma entidade fiscalizadora por si só já inibe ou minimiza a prática de atos desconformes com os princípios basilares da administração pública.

Em decorrência da atuação desta Corte, foram condenados em débito ou multados 8 responsáveis para recolherem aos cofres públicos o valor total de R\$ 1,4 milhão. O Gráfico 2 traz a série histórica dessas condenações.

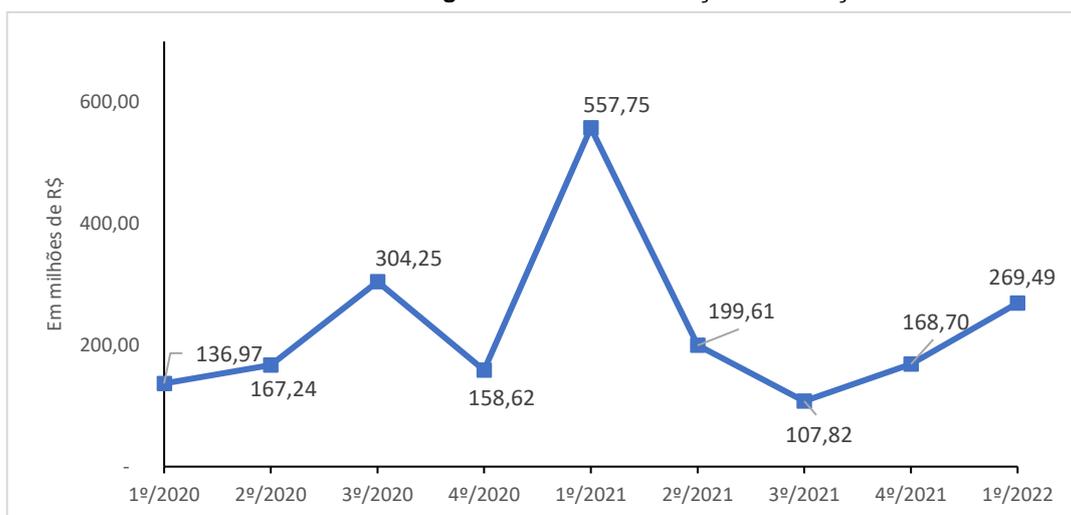


Gráfico 2: Histórico das Condenações em Débitos e Multas



Por meio da atividade de fiscalização de licitações, em que atua preventivamente, o Tribunal gerou uma economia estimada em R\$ 269,5 milhões, conforme evidencia o Gráfico 3 adiante.

Gráfico 3: Economia gerada com a fiscalização de licitações



Vale destacar os processos seguintes entre aqueles que mais geraram economia em licitações.

No processo nº 8354/2021, que trata do Pregão Eletrônico nº 05/2021, a economia estimada foi de R\$ 111,2 milhões. O objeto do certame, cujo interessado era o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central – BRC (Distrito Federal e os estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins), era o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica – CEAF. O valor economizado foi obtido por meio da retificação de



falhas identificadas no edital de licitação, o que ocorreu somente após a suspensão cautelar do certame.

No processo nº 4233/2021, que trata da Concorrência nº 01/2021, de autoria da Codhab, a economia estimada foi de R\$ 57,8 milhões. Era objeto desta concorrência a promoção de empreendimentos habitacionais por meio da produção e comercialização de unidades habitacionais a serem disponibilizadas ao cadastro de habitação, em terrenos de propriedade da Codhab localizadas em Santa Maria RA XIII. O valor estimado foi obtido uma vez que a jurisdicionada decidiu pela anulação do certame, o qual fora previamente suspenso por determinação do Tribunal, devido a falhas identificadas no edital.

Já no processo 179/2021, que trata do Pregão Eletrônico 05/2021, de autoria da Secretaria de Educação – SEE, foi obtida uma estimativa de economia de R\$ 20,2 milhões. O objeto do certame era o registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para merenda escolar. O valor economizado foi obtido uma vez que a jurisdicionada cancelou a aquisição do feijão cozido, identificado pelo Tribunal com sobrepreço, e optou por adquirir o produto na forma *in natura*.

Nos processos mencionados, a economia gerada reflete a relevância da atuação do Tribunal que, mesmo sem determinar a anulação dos certames, incentiva uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Assim, esses resultados demonstram a efetividade das ações de controle desta Corte no alcance de benefícios para a sociedade.

1.6. Capacitação Externa

Em continuidade ao Programa de Capacitação para Jurisdicionados, Controladores Sociais e Cidadãos, o Tribunal promoveu os cursos e palestras “Roda de Conversa – Mulheres que inspiram o DF” e “Fundo Penitenciário do Distrito Federal: Aplicação, Fiscalização e Monitoramento”.

Acerca da palestra que tratou da gestão do Fundo Penitenciário, discutiu-se a gestão desses recursos, as melhores políticas já implementadas e os principais desafios e dificuldades.

Em comemoração ao mês das mulheres, o TCDF promoveu a roda de conversa “Mulheres que inspiram o DF”. As cinco convidadas, por meio de suas trajetórias pessoais e profissionais, contribuíram para transformações relevantes em benefício das mulheres e estimularam reflexões e ações para um mundo com menos desigualdade e preconceito.



O painel constante do *Anexo* sintetiza as ações educacionais desenvolvidas pela Escola Contas Públicas, entre as quais estão os eventos realizados ou iniciados no 1º trimestre para o público externo ao Tribunal.

1.7. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos e implantar melhorias nos serviços de controle externo e administrativos, as unidades do Tribunal planejaram a realização de diversos projetos e iniciativas. Em última análise, todos esses projetos/iniciativas visam melhorar os serviços prestados pelo Tribunal à sociedade. Dentre os projetos concluídos no 1º trimestre, destaca-se a implantação do Plenário Virtual.

2. RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL

A perspectiva de Relacionamento Interinstitucional enfatiza a constante necessidade de integração e interação entre os cidadãos, instituições de controle e fiscalização, e demais atores públicos.

No primeiro trimestre, o Tribunal realizou a segunda turma do curso “Denúncia, representação e consulta ao TCDF: fundamentos e prática”, voltado aos servidores em exercício em órgãos do Governo do Distrito Federal, da Câmara Legislativa e do próprio TCDF. O curso teve como objetivo capacitar os gestores e agentes públicos para que contribuam de maneira eficaz e efetiva para o exercício da ação fiscalizadora do Tribunal.

Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Relacionamento Interinstitucional, as unidades do Tribunal planejaram e estão executando diversos projetos e iniciativas, dos quais destacamos a elaboração do plano de gestão de redes sociais e as parcerias com o Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, Instituto Rui Barbosa – IRB e Organização Latino-Americana e do Caribe das Entidades de Fiscalizadoras Superiores – Olacefs.

3. PROCESSOS INTERNOS

Essa perspectiva ancora as atividades que servem de base para a consecução das ações de melhoria dos processos internos de trabalho, como aqueles relacionados à instrução de processos. Nesse sentido, diversas áreas e unidades do Tribunal atuam de forma conjunta para promover maior celeridade processual, que permita a maximização do resultado das ações de controle externo.

Novamente, merece realce a adoção das sessões plenárias virtuais, que tem como objetivo dar mais agilidade à apreciação de processos em trâmite na Corte de Contas.

Ademais, o TCDF colocou no ar um *hotsite* (<https://unidades.tc.df.gov.br/distribuicao-de-processos/>) por meio do qual é possível visualizar e pesquisar, de maneira fácil e intuitiva, dados não apenas sobre os sorteios de novos processos autuados, mas também sobre a distribuição de todos os autos em trâmite e que tenham relator designado. Inicialmente a consulta é possível apenas no ambiente do Tribunal, porém a intenção da Presidência é que, em breve, essa ferramenta de acompanhamento também seja disponibilizada ao público em geral.

Em continuidade ao processo de aprimoramento tecnológico, o TCDF desenvolveu o robô ADA que utiliza inteligência artificial para facilitar a visualização de decisões da Corte. O robô ADA apresenta as decisões organizadas em itens, de forma que rapidamente o usuário consegue visualizar e entender os dados principais, o que favorece a tomada de decisão.

3.1. Distribuição de Processos

No trimestre, foram distribuídos por intermédio de sorteio eletrônico 1.158 processos para serem relatados pelos Conselheiros da Corte, com exceção do Presidente, conforme detalhado na Tabela 6.

Tabela 6: Distribuição de Processos para Relator

Distribuição de Processos *		
Relator	Quantidade	Percentual
Cons. Manoel Paulo de Andrade Neto	218	18,8%
Cons. Renato Rainha	198	17,1%
Cons. Inácio Magalhães	241	20,8%
Cons ^a . Anilcéia Machado	86	7,4%
Cons. Márcio Michel	201	17,4%
Cons. André Clemente	214	18,5%
Total de Processos	1.158	-

(*) A desigualdade em termos quantitativos deve-se aos afastamentos eventuais dos relatores.

3.2. Instrução de Processos

Instrução é o procedimento formal de análise e emissão de relatório técnico em processos para fins de apreciação pelo Plenário do Tribunal. É adotada tanto nas auditorias e inspeções quanto nos resultados de diligências, atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões, tomadas e prestações de contas, contratos, convênios e outros assuntos sujeitos ao controle externo.

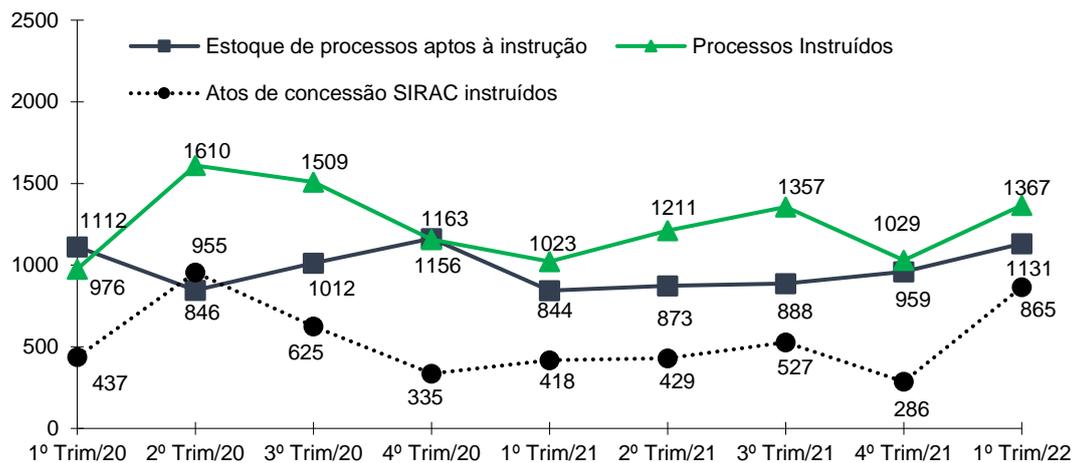
Da mesma forma que ocorre com as fiscalizações externas, a atividade de instrução de processos ocupa parcela considerável da força de trabalho em exercício no Tribunal. Os processos são instruídos e encaminhados para apreciação plenária ou emissão de parecer pelo Ministério Público.

No primeiro trimestre, foram realizadas 1.367 instruções de processos e instruídos 865 atos de concessão. Esses atos de concessão referem-se a aposentadorias, pensões, reformas (e respectivas revisões) dos servidores dos órgãos jurisdicionados, os quais são analisados e instruídos em bloco, ou seja, vários atos podem ser apreciados em um mesmo processo, por meio do Sistema de Registro de Atos de Concessão – Sirac.

O Gráfico 4 registra, por trimestre, a realização de instruções de processos e instrução de atos de concessão Sirac, confrontando tal atividade com o estoque de processos apto à instrução ao final de cada período, revelando aumento tanto nas instruções, como no estoque.



Gráfico 4: Instrução e Estoque de Processos



Fonte: Sistema e-TCDF.

A Tabela 7, por sua vez, agrupa os processos instruídos no período de acordo com os principais assuntos a que se referem.

Tabela 7: Processos Instruídos por Assunto

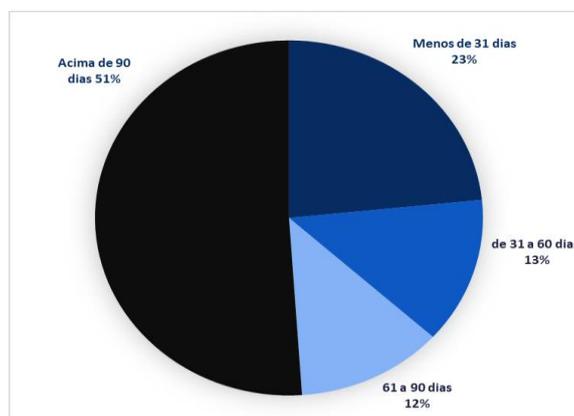
Assunto	Quantidade	%
Atos de Pessoal	806	59,0%
Análise de Concessão	553	40,5%
Admissão de Pessoal	115	8,4%
Aposentadoria	94	6,9%
Concessão - Análise Automatizada	37	2,7%
Pensão Civil	3	0,2%
Pensão Militar	3	0,2%
Fiscalização de Pessoal	1	0,1%
Representações	152	11,1%
Contas	181	13,2%
Tomada de Contas Especial	145	10,6%
Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias	23	1,7%
Prestação de Contas Anual	8	0,6%
Prestação de Contas	2	0,1%
Contas de Governo	1	0,1%
Tomada de Contas Anual	1	0,1%
Tomada de Contas Extraordinária	1	0,1%
Editais de Licitação	109	8,0%
Licitação	105	7,7%
Análise de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação	2	0,1%
Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão	2	0,1%
Fiscalizações	42	3,1%
Auditoria de Regularidade	16	1,2%
Auditoria de Desempenho/Operacional	9	0,7%
Parcerias Público-Privadas e Concessões Comuns	8	0,6%
Inspeção	4	0,3%
Auditoria de Recursos Externos	1	0,1%
Auditoria Financeira	1	0,1%
Auditoria Integrada	1	0,1%
Auditoria Realizada por Outros Órgãos	1	0,1%
Monitoramento de Decisões	1	0,1%
Outros Assuntos	77	5,6%
Denúncia	33	2,4%
Consulta	11	0,8%
Estudos Especiais	4	0,3%
Acompanhamento da Gestão Governamental	3	0,2%
Acompanhamento de Gestão Fiscal	3	0,2%
Análise de Contratos, Convênios e Outros Ajustes	3	0,2%
Contrato, Convênios e outros ajustes	3	0,2%
Pedido de Prorrogação de Prazo	3	0,2%
Regularização de Débito	3	0,2%
Solicitações de Informações	3	0,2%
Análise de Defesa	2	0,1%
Edição de Normativo	2	0,1%
Análise de Denúncia	1	0,1%
Análise de Metas Fiscais	1	0,1%
Emissão de Certidão	1	0,1%
Limite de Aplicação de Recursos em Saúde	1	0,1%
Total	1.367	100,0%

Registre-se, ainda, que, ao final do primeiro trimestre, do estoque total de 2.019 processos a instruir, 1.131 autos encontravam-se aptos à instrução, ou seja, em condições de serem instruídos; 888 processos estavam com tramitação paralisada, nesses incluídos os sobrestados, os que aguardam cumprimento de

diligência, defesa, recebimento de expediente, regularização de débito ou decisão judicial, entre outros motivos que obstam a instrução do processo.

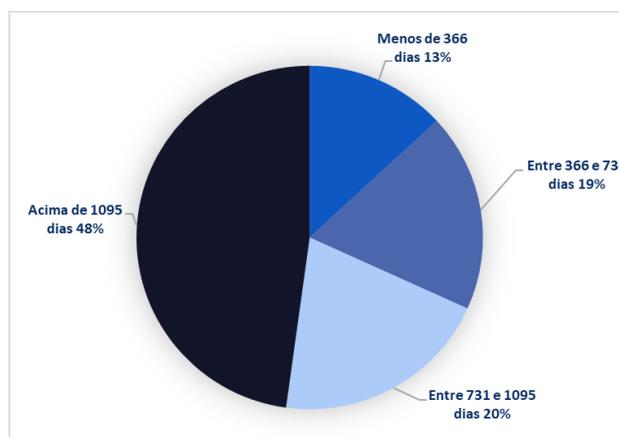
O Gráfico 5 agrupa os processos aguardando instrução, por faixas de tempo em que se encontram nessa condição.

Gráfico 5: Processos Aguardando Instrução



Com relação aos processos sobrestados, o Gráfico 6 a seguir leva em consideração o tempo em que os processos se encontram nessa condição, agrupando-os por faixas de tempo.

Gráfico 6: Tempo de Sobrestamento dos Processos



3.3. Atualização Normativa

Com vistas à modernização administrativa ou à atualização dos normativos que regem as atividades das áreas fim e meio do Tribunal, merecem destaque as seguintes publicações:

- Resolução nº 354, de 2 de fevereiro de 2022, que altera a Resolução nº 331, de 27 de março de 2020, que instituiu, em caráter temporário, a sessão virtual

para apreciação e julgamento, em meio eletrônico, de processos no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

- Emenda Regimental nº 5, de 26 de janeiro de 2022, que altera a redação dos arts. 111 e 264 do Regimento Interno, que tratam de declaração de voto e consultas.
- Resolução nº 353, de 2 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a sustentação oral na sessão virtual instituída pela Resolução nº 331, de 27 de março de 2020, no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
- Portaria nº 60, de 9 de fevereiro de 2022, que estabelece os procedimentos para a operacionalização do exercício cumulativo de jurisdição no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

3.4. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Processos Internos, as unidades do Tribunal planejaram e estão executando diversos projetos e iniciativas, com destaque para os que visam revisar a norma de benefícios da atuação do Tribunal e definir a rotina operacional dessa apuração, a automatização de acórdãos e incentivos à cobrança dos débitos, a implantação e o aperfeiçoamento dos sistemas Debita (Sistema de Controle de Débitos e Multas), Sisaudit (Sistema de Auditoria e demais fiscalizações) e e-Contas (Sistema de Gestão, Recebimento e Processamento de TCA, PCA, TCE), este último já concluído.

4. PESSOAS, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Essa perspectiva sustenta dois pilares indispensáveis para o funcionamento de qualquer instituição: as pessoas e os sistemas de tecnologia da informação. Para que as demais perspectivas alcancem seus resultados, é preciso que o Tribunal consiga desenvolver e manter sua força de trabalho alinhada a seus objetivos estratégicos. Além disso, o avanço tecnológico requer o desafio de manter e melhorar a *performance* do uso dos recursos de tecnologia da informação.

Nesse trimestre, foram oferecidas 15 bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado e doutorado. As bolsas podem ser na modalidade integral ou parcial, de acordo com a nota obtida no anteprojeto de pesquisa elaborado pelo interessado. Além disso, foram oferecidas 20 bolsas de estudo para a bolsa idiomas. Por fim, foram oferecidas oito bolsas de estudo integrais para o MBA Auditoria e Inovação no Setor Público, promovido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP – FEA-USP em parceria com o IRB.



Realizou-se, também, o primeiro *Café com Tértulia* do ano, com o tema “*E fora do TC, quem é você?*”. A proposta do evento era que os servidores se conhecessem melhor e pudessem surpreender-se com as atividades que seus colegas fazem quando não estão trabalhando.

Por fim, em continuidade ao processo de implantação do TCDF-Saúde, realizou-se uma apresentação para membros e servidores ativos e inativos do TCDF sobre o andamento da proposta do novo plano de saúde do Tribunal, com informações sobre a minuta de regulamento proposta.

4.1. Capacitação Interna

No tocante à capacitação de pessoal, o Tribunal promoveu a palestra “Apresentação do Módulo de Monitoramento e Atualizações Gerais do Sisaudit” para apresentar as novas funcionalidades do Sisaudit aos auditores do TCDF.

Com a proximidade do prazo final para migração de regime previdenciário, TCDF promoveu palestra com objetivo de auxiliar o servidor na decisão pela migração ou não de regime previdenciário.

Promoveu-se, ainda, curso sobre as principais inovações da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21).

O painel constante do *Anexo* a este relatório sintetiza as ações educacionais desenvolvidas pela Escola Contas, entre as quais estão os eventos realizados ou iniciados no 1º trimestre voltados para o público interno.

4.2. Inovação

O Tribunal deu continuidade à parceria com a Universidade de Brasília para fomentar o uso de inteligência artificial na mineração e no uso de aprendizagem de máquina para a obtenção de informações constantes de publicações no Diário Oficial do Distrito Federal. Tais recursos facilitaram e deram agilidade às fiscalizações empreendidas por este Tribunal.

4.3. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Pessoas, Tecnologia e Inovação, as unidades do Tribunal planejaram e estão executando diversos projetos e iniciativas, dentre os quais elencamos: a utilização da inteligência artificial no TCDF, a implantação do sistema de jurisprudência, a promoção de capacitações EAD para o público interno e externo, e a implantação de novas funcionalidades no sistema e-Gesp.

5. RECURSOS

Os recursos permitem o adequado funcionamento do Tribunal, impactando desde a manutenção dos salários dos servidores até a manutenção da estrutura física e tecnológica do Tribunal.

Nesse sentido, no âmbito da Tecnologia da Informação, o Tribunal de Contas do Distrito Federal inicia 2022 com a terceira etapa concluída do *Site Backup*, projeto de segurança da informação voltado à recuperação de sistemas e infraestrutura de TI do Tribunal. Atualmente, 28 sistemas, aplicativos e interfaces de programação – APIs, que representam 80% da infraestrutura digital do TCDF, já podem ser executados no *Site Backup*. Isso torna possível a recuperação das bases de dados em caso de falha no *datacenter* principal do Tribunal.

5.1. Gestão de Recursos Humanos

Nesse trimestre, foi dada continuidade ao concurso para Auditor – Substituto de Conselheiro do TCDF, com a publicação do resultado nas provas discursivas e realização da fase de avaliação biopsicossocial.

O quadro de Pessoal do TCDF pode ser visto na Tabela 8, que retrata o quantitativo de pessoal do TCDF ao final do período, apresentando um comparativo com os cargos providos no encerramento do período anterior.

Tabela 8: Demonstrativo do Quadro de Pessoal do Tribunal

Cargo/Função	Efetivo Previsto	Cargos Ocupados		% de Cargos Ocupados
		Posição em	Posição em	
		31.12.21	31.03.22	
Auditor de Controle Externo	300	238	234	78
Técnico de Controle Externo	34	0	0	0
Analista de Administração Pública	76	58	57	75
Técnico de Administração Pública	120	82	81	68
Subtotal	530	378	372	70
Conselheiros	7	7	7	100
Auditores	3	0	0	0
Procuradores	4	4	4	100
Comissionados sem vínculo efetivo	-	109	113	-
Cedidos de outros órgãos	-	63	65	-
Subtotal	14	183	189	-
Total	544	561	561	-
Cargos em Extinção (*)				
Técnico de Administração Pública	70	27	27	39
Auxiliar de Administração Pública	33	17	17	52
Total	103	44	44	43

(*) Cargos em extinção, conforme estabelecido na Resolução 265/2013, Anexo II.

5.2. Projetos e Iniciativas

Para viabilizar o alcance dos indicadores estratégicos, de modo a atender à perspectiva Recursos, as unidades do Tribunal planejaram e estão executando diversos projetos e iniciativas, como a disponibilização de painéis gerenciais, fiscalização da gestão do teletrabalho, adequação do plano de saúde do Tribunal e implantação do *Site Backup*.

5.3. Recursos Orçamentários e Financeiros

O Demonstrativo de Execução da Despesa (Tabela 9) contém informações a respeito da dotação orçamentária do TCDF para o exercício de 2022 e da respectiva execução até o final do trimestre. Verifica-se que a execução da despesa alcançou R\$ 150,8 milhões, equivalendo a 33,4% da despesa autorizada no total de R\$ 451,4 milhões, registrando-se, pois, saldo orçamentário de R\$ 300 milhões.

Tabela 9: Demonstrativo de Execução da Despesa

PROGRAMA DE TRABALHO	Valores em R\$1.000			
	Dotação Inicial	Despesa Autorizada	Total Empenhado	Crédito Disponível
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	308.800,00	308.800,00	101.358,92	207.441
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES	48.926,40	52.426,40	11.551,33	40.875
MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	36.106,40	33.606,40	20.925,97	12.680
MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	11.334,00	11.334,00	552,85	10.781
CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDORES ATIVOS	11.100,00	11.100,00	4.328,40	6.772
RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.000,00	11.000,00	5.747,26	5.253
CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDORES INATIVOS	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000
GESTÃO DA INFORMAÇÃO E SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.887,00	4.587,00	2.354,14	2.233
CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	4.000,00	4.000,00	2.285,03	1.715
CONCESSÃO DE BOLSA-ESTÁGIO	2.850,00	2.350,00	1.497,47	853
REFORMAS DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.200,00	1.200,00	0,00	1.200
OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.100,00	1.100,00	158,39	942
CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	786,00	586,00	70,06	516
PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	238,50	238,50	8,69	230
EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	100,00	100,00	0	100
TRANSFERÊNCIA A ENTIDADES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	30,00	30,00	0	30
TOTAIS	451.458	451.458	150.838	300.620

Fonte: SIGGO - Posição em: 19.04.22. Mês de Referência: Março/2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, as realizações no período espelham os esforços envidados pela Presidência, membros, dirigentes e servidores do Tribunal para o efetivo cumprimento da missão institucional desta Corte de Contas.

ANEXO

ATIVIDADES DA ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS



ESCOLAS DE CONTAS PÚBLICAS

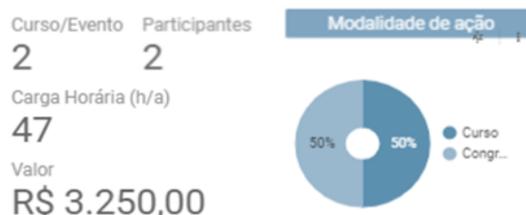
1 de jan. de 2022 - 31 de mar. de 2022

Coordenadoria de Educação Corporativa e Seleção de Pessoas

Ações educacionais promovidas pela ESCON



Ações educacionais promovidas externamente



Ações educacionais - Youtube TCDF

Evento	Média de visualizações por dia	Quantidade de dias
1. Roda de Conversa - Mulheres que inspiram o DF	51	1

* A quantidade de visualizações é baseada na média de todas as visualizações por dia de ação.

Bolsas de estudo gerenciadas



Detalhamento das ações educacionais

Promovidas externamente

Curso/Evento	Local	Participantes	Carga Horária	Valor
1. 18º Encontro Internacional de Juristas	Foz do Iguaçu	1	32	R\$ 3.250,00
2. I Conferência Democracia e Institucionalidade	São Paulo - SP	1	15	R\$ 0,00
Total geral		2	47	R\$ 3.250,00

Promovidas pela ESCON

Ação educacional	Público	Participantes	Carga Horária	Valor
1. Blockchain	Interno	15	20	R\$ 10.500,00
2. Roda de Conversa - Mulheres que inspiram o DF	Externo	51	2	R\$ 0,00
3. Fundo Penitenciário do Distrito Federal: Aplicação, Fiscalização e Monitoramento*	Externo	45	2	R\$ 0,00
4. Workshop Tainacan	Interno	13	24	R\$ 0,00
5. Palestra - DF PREVICOM	Interno	44	2	R\$ 0,00
6. Denúncia, representação e consulta ao TCDF: fundamentos e prática	Interno	21	4	R\$ 1.794,90
7. Palestra Sisaudit - Apresentação do módulo de monitoramento e atualizações gerais do Sisaudit	Interno	38	2	R\$ 500,00
Total geral		227	56	R\$ 12.794,90

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

COORDENAÇÃO-GERAL

Luiz Genéδιο Mendes Jorge
Diretor da Diplan

ELABORAÇÃO

Sérgio Ramalho Dantas Varella
Analista de Administração Pública

Mauri Siqueira Montessi
Analista de Administração Pública

Jefferson Gonçalves da Silva
Técnico de Administração Pública

Vanessa Moreira Meireles
Assessora